Enfrentamento da insegurança jurídica no Brasil e no âmbito interno do SINASEFE

Contribuição do Coletivo Sindical 1º de maio

O Brasil vive momentos de constante insegurança jurídica. As “reformas” que os sucessivos governos apresentam nada mais trazem do que a perda de direitos, empobrecimento da população trabalhadora e insegurança jurídica. O que hoje é um direito consolidado, em pouco tempo pode ser entendido como expectativa de direito e, para além disso, não raras vezes se consolidam como perda completa das garantias que antes eram asseguradas. A Emenda Constitucional 95/2016, que institui o Teto de Gastos, a Reforma Trabalhista de 2017 e a recente Reforma da Previdência Social são alguns dos exemplos claros de perdas de direitos da classe trabalhadora.

Os prejuízos com as constantes mudanças de regras e entendimento são inúmeros e, geralmente, são suportados pela classe trabalhadora, sempre o elo mais fraco da corrente. Cita-se, dentro de vários exemplos, o servidor que se manteve em uma carreira para evitar a perda de direitos previdenciários, em detrimento de outros cargos públicos que poderiam trazer maiores vencimentos ou melhores qualidade de vida e, com a reforma Previdenciária, diante da perda de algumas daquelas vantagens, percebe-se em situação de irremediável tempo perdido e esforço inútil.

Ademais, pelo atropelo legislativo em aprovar logo as alterações normativas, não raras são as vezes em que as leis trazem textos difusos, que muitas vezes permitem dupla interpretação. Cabe ao judiciário, elitizado e burguês, dar o entendimento a essas nebulosidades das novas normas jurídicas, muitas vezes moldadas para os interesses específicos de cada ação ou, de forma mais clara, para beneficiar ou punir determinadas pessoas ou grupos. O que se tem como certo no presente, pode cair por terra em uma única sessão plenária do Supremo Tribunal Federal. A esperança de uma categoria inteira, à espera de regulamentação para determinado dispositivo constitucional, pode ser frustrada de acordo com o momento político por que passa o país no momento em que a Suprema Corte analisa tal questão. Recentemente, para evitar criação de gastos orçamentários extras, o que traria dificuldades para o governo pagar os juros da dívida pública aos credores do sistema financeiro, o STF julgou como não obrigatória a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, expressamente prevista na Constituição Federal de 1988, prejudicando milhões de trabalhadores do setor público no país. Tal entendimento talvez fosse outro, se vivêssemos em época de crescimento acelerado da economia ou se o mandatário primeiro do Executivo Federal fosse outro, como já visto na recente história do Brasil.

O SINASEFE precisa se posicionar contra as constantes mudanças legais sem o devido debate prévio com todos os setores da sociedade. Não se trata aqui de conservadorismo ou de defesa do *status quo*, mas sim de defender direitos conquistados ao longo de décadas de lutas classistas, permitindo que o trabalhador

possa se programar sobre bases sólidas e planejar sua vida laboral e pessoal com previsibilidade de normativas. O entendimento progressista que o país deve adotar em temas sociais, não deve se confundir com entendimentos liberais nas relações de trabalho, ainda que estas possam se apresentar com uma roupagem de modernidade e atualização. É sabido que tais proposições servem apenas de disfarce para a exploração do trabalho do homem pelo homem e preveem prioritariamente o aumento da margem de lucro do patronato.

Da mesma forma, no âmbito interno, o SINASEFE precisa manter seus entendimentos com maior rigidez de normas. O Estatuto e o Regimento Interno do SINASEFE precisam ser defendidos contra algumas mudanças, por vezes oportunistas por parte de alguns grupos, outras vezes sem preceder do devido processo de debate e diálogo entre os diversos grupos que compõem nossa organização de luta de classe. Não há o que se falar em segurança jurídica interna, quando se tem um Estatuto com tão pouca proteção normativa. A expectativa de um Congresso estatuinte, em periodicidade de a cada dois anos, coloca a previsibilidade do funcionamento da organização sindical constantemente sob ameaça.

Outrossim, é preciso levar em consideração os custos elevadíssimos da realização de congressos estatuintes. Os recursos despendidos constantemente fazem falta para a realização das reuniões periódicas da Diretoria Nacional, das Comissões de Carreira (CND e CNS), bem como seminários e encontros temáticos, como o Seminário de Mulheres, de Aposentados, de Carreiras, de Escolas Militares, de Políticas Educacionais, entre outros. Desta forma, insurge o questionamento de forma natural: **Há, de fato, a necessidade da realização anual de congresso do SINASEFE?** Outras questões pertinentes também são levantadas: Os recursos alocados nesses congressos não seriam melhor empregados na realização de mais seminários e encontros temáticos? Os encontros regionais, com suas peculiaridades locais, não poderiam ser incentivados, caso os recursos dos congressos fossem poupados? A mudança de Estatuto do SINASEFE a cada dois anos se justifica de forma periódica ou deveria ser esporádica? A alteração periódica das “regras do jogo” beneficia a classe dos trabalhadores da educação ou beneficia mais os oportunismos de ocasião?

Neste sentido, esta tese apresenta como solução a alteração no Estatuto do SINASEFE, onde a previsibilidade de **realização de Congressos seria bienal**, prioritariamente pautando as questões eleitorais e de luta. Em havendo flagrante necessidade de alteração estatutária, o próprio estatuto vigente já lista e define as possibilidades de convocatória de Congressos extraordinários, versados no artigo 13 da norma atual. Nesta toada, as eleições para o Conselho de Ética em anos que não se tem previsão da realização de Congresso, podem perfeitamente ser realizadas em Plenárias Nacionais, desde que constando ponto de pauta específico para este fim no edital de convocação da Plena.

De forma objetiva, esta tese requer:

- 1) As seguintes alterações estatutárias:

Artigo	Alínea	Texto
12	<i>caput</i>	Como é: O CONSINASEFE reunir-se-á, ordinariamente, no último trimestre de cada ano, por convocação da DN, a partir da aprovação de uma PLENA convocada para este fim. Como fica: O CONSINASEFE reunir-se-á, ordinariamente, no último trimestre de cada ano par , por convocação da DN, a partir da aprovação de uma PLENA convocada para este fim.
14	h)	Como é: h) eleger o Conselho de Ética. Como fica: h) eleger o Conselho de Ética em anos pares .
17	--	Incluir: k) Eleger o Conselho de Ética para um mandato anual, sempre no último trimestre de cada ano ímpar, com previsão de pauta específica no edital de convocação da Plena.

2 - Adequação dos artigos afetados por esta modificação, sobretudo no texto normativo do Regimento Interno do SINASEFE e da Regulamentação do Conselho de Ética.

3 – No campo político, enfrentamento das alterações das normas legais do país, sem que haja profunda discussão com a sociedade.

Assinam esta tese:

ALUÍSIO GOMES COELHO (CMR-PE). CAMILA TENÓRIO CUNHA (IFB Brasília). DIEGO RODOLFO SIMÕES DE LIMA (VIDEIRA IFC). INÊZ APARECIDA DELIBERAES MONTECCHI (CÁCERES IFMT). ISAÍAS DOS SANTOS (LITORAL IFC). GEORGES SOUTO ROCHA (IFBA). MATHEUS SANTANA (IFBA). ELENIRA VILELA (IFSC). MARLENE SANTOS SOCORRO (IFBA). ROSA MARIA MOTA COSTA (IFBA). ELIEL REGIS DE LIMA (IFMT-CAMPUS CÁCERES). SILVIA ELAINE(IFBA). CAMILA FÉLIX(IFBA). TERESA BAHIA(IFBA). HUMBERTO TEIXEIRA(IFBA). ERISWAGNER SOARES(IFBA). CAMILA SOUZA(IFBA). DÁLVARO BARBOSA(IFBA). HELLEN RODRIGUES(IFBA). EDILZA OLIVEIRA(IFBA). ELIS LOPES (IFBA). FRANCINI GRZECA (IFC VIDEIRA-SC). LUZIA MOTA(IFBA). DAVI CEZAR DA SILVA (IFC VIDEIRA SC).